



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 305615-7

APELANTE: ANA CRISTINA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PENA BASE EXACERBADA. OFENSA À SÚMULA 444, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CIRCUNSTÂNCIAS INERENTES AO TIPO PENAL INDEVIDAMENTE UTILIZADAS PARA EXASPERAR A PENA BASE. RECURSO PROVIDO POR UNANIMIDADE.

- É vedada a utilização de ações penais em curso para agravar a pena base.

- O lucro fácil é circunstância inerente ao tipo tráfico de entorpecentes, não se justificando o seu emprego para a exasperação da pena base.

- Circunstâncias do artigo 59 do CP favoráveis. Atendendo ao disposto no artigo 42 da Lei nº 11.343/06, ponderando a quantidade e a natureza da droga apreendida em poder da apelante (22 papérolas de maconha e 1 pedra de "crack"), tem-se o aumento a pena-base.

- Diante da existência de circunstâncias agravante (art. 61, I, do CP) e atenuante (art. 65, III, do CP), restou a pena aplicada em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, em regime inicialmente fechado, tornando-a definitiva à minguia de outras causas de aumento e diminuição da pena.

- Apelação provida parcialmente, por unanimidade.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, tudo consoante relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

483
J

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 305615-7

APELANTE: ANA CRISTINA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por Ana Cristina da Silva em face de sentença que a condenou a pena de 07 anos e 04 meses de reclusão e 654 dias multa, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006.

Em suas razões recursais (fls. 455/466), alega a recorrente ser exacerbada a pena aplicada na sentença, razão pela qual requer o provimento do recurso a fim de obter a sua redução. Em especial, argumenta a apelante que, considerando-se a quantidade de droga apreendida, não encontra amparo legal a fixação da pena-base em 07 anos e 10 meses de reclusão.

Contrarrazões ministeriais às fls. 465/467, pugnando pelo não provimento do apelo.

Às fls. 478/480, a Procuradoria de Justiça opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório. À douta Revisão.

Recife, 10 de junho de 2013

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 305615-7

APELANTE: ANA CRISTINA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

VOTO

Entendo que o recurso merece provimento, já que do caso concreto não sobressaem circunstâncias que justifiquem o afastamento do mínimo legal ao fixar a pena-base.

Ao realizar a dosimetria penal, o douto juiz sentenciante, considerando em desfavor da acusada a sua personalidade, bem como os motivos do crime, afastou-se do mínimo legal em dois anos e dez meses, estabelecendo, assim, uma pena-base de sete anos e dez meses.

O Juízo negativo da personalidade se deu em razão de já ter a acusada respondido a processo por tráfico de drogas. Quanto aos motivos, considerou o julgador o lucro fácil à custa do sofrimento alheio.

Ao valorar negativamente a personalidade da acusada, o magistrado contrariou a Súmula 444, do Superior Tribunal de Justiça, que veda a utilização de inquéritos e ações penais em curso para agravar a pena base. Os motivos, por seu turno, foram indevidamente utilizados na dosimetria, já que o lucro fácil é circunstância inerente ao tipo penal em questão, não podendo prejudicar a acusada quando da fixação da pena-base. Assim, tenho que as circunstâncias do artigo 59 do CP são favoráveis a apelante.

Contudo, atendendo ao disposto no artigo 42 da Lei nº 11.343/06, ponderando a quantidade e a natureza da droga apreendida em poder da apelante (22 papérolas de maconha e 1 pedra de "crack"), aumento a pena-base em 06 (seis) meses de reclusão, devendo, então, **a pena-base ser estabelecida em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada com 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa.**

Ultrapassada a primeira fase da dosagem da pena, chega-se a segunda fase: análise das circunstâncias legais.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

No presente caso, verifica-se a ocorrência de **reincidência**, uma vez que a apelante foi anteriormente condenada a uma pena de 04 (quatro) anos de reclusão, nos autos da ação penal nº 245.2008.1021-1, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/06 c/c o artigo 40, III da mesma lei, conforme certidão de fl. 150. **Dessa forma, agravo a pena em 06 (seis) meses, elevando a pena a 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa.**

Considerando, a aplicação da atenuante da **confissão espontânea**, impõe-se, ainda, a **redução de sua pena em 06 (seis) meses de reclusão**, restando fixada a pena em **05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, em regime inicialmente fechado**, tornando-a definitiva à míngua de outras causas de aumento e diminuição da pena.

Ante o exposto, voto pelo provimento do recurso para que a pena imposta à recorrente seja fixada em **05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, em regime inicialmente fechado**, mantidos os demais termos da sentença.

Recife,


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0305615-7 – 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru-PE

Apelante: Ana Cristina da Silva
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Revisor Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador: Dr. Francisco Edilson de Sá Júnior
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Ana Cristina da Silva contra a sentença prolatada pelo MM. Juiz 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, que a condenou à pena de 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

Pleiteia a recorrente, em síntese, a redução da sua pena para o mínimo legal. Assere que a quantidade de droga apreendida é insignificante.

Pois bem. Sabe-se que a fixação da pena-base é um processo de discricionariedade juridicamente vinculada, onde o Juiz analisa as circunstâncias judiciais de forma conjunta e fixa a pena dentro dos limites previstos no tipo penal, valendo-se do seu livre convencimento, desde que devidamente fundamentado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa e suficiente da lei penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve atentar para as singularidades do caso concreto, guiando-se pelos oito fatores indicativos relacionados no *caput* do art. 59 do Código Penal.

Vale ressaltar que a Lei nº. 11.343/06 inova ao dispor que o Juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do CP, a natureza e a quantidade da droga, a personalidade e a conduta social do agente (art. 42).

No que concerne à fixação da pena-base, verifico que o juiz sentenciante a aplicou em 07 (sete) anos e 10 (meses) de reclusão, acrescida de 784 (setecentos e oitenta e quatro) dias-multa, por entender que militam em desfavor da acusada as circunstâncias judiciais referentes à personalidade e aos motivos. Na segunda fase da dosimetria, reduziu a pena em 06 (seis) meses, ante a atenuante da confissão. À míngua de causas de aumento e de diminuição da pena, tornou-a definitiva em 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) dias-multa.

Entretanto, na primeira fase do processo dosimétrico, entendo que nenhuma circunstância judicial pode ser tida como desfavorável à apelante.

Na sentença condenatória, o magistrado sentenciante afirmou que a personalidade é desfavorável à apelante, *“uma vez que a mesma no seu interrogatório afirmou que já foi processado (sic) anteriormente por tráfico de entorpecentes”* (fl. 358). Entretanto, como é cediço, a personalidade distingue-se de maus antecedentes e deve ser analisada, no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0305615-7 – 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru-PE

contexto do art. 59 do CP, separadamente, razão pela qual não pode a referida circunstância ser valorada negativamente.

Outrossim, quanto aos motivos, afirmou que são desfavoráveis à ré, *“uma vez que o tráfico visa lucro fácil á (sic) custa do sofrimento alheio”* (fl. 358). Contudo, entendendo que o “lucro fácil” é inerente à atividade ilícita em questão, tendo sido aferido pelo legislador para estabelecer as penas mínima e máxima em abstrato para o crime.

Portanto, nenhuma circunstância judicial prevista no art. 59 do Código Penal milita em desfavor da apelante. Entretanto, conforme dicção do artigo 42 da Lei nº 11.343/06, o magistrado deve, ainda nessa fase, preponderar a quantidade da droga apreendida e a sua natureza, qual seja, 22 (vinte e dois) papéletes de maconha e 01 (uma) pedra de “crack”. Sendo assim, entendendo razoável o aumento da pena em 06 (seis) meses acima do mínimo legal, totalizando, a título de pena-base, 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa.

Na segunda fase do processo dosimétrico, constato à fl. 150 dos autos, uma certidão emitida pelo Instituto de Identificação Tavares Buril, na qual atesta que a apelante foi anteriormente condenada a uma pena de 04 (quatro) anos de reclusão, nos autos da ação penal nº 245.2008.1021-1, pela prática dos delitos previstos nos artigos 33 e 35 da Lei de Drogas, c/c o art. 40, III, da mesma lei, razão pela qual exaspero a sua pena em 06 (seis) meses. Ainda nessa fase, mantenho a redução da sua pena em 06 (seis) meses, ante a atenuante prevista no art. 65, III, “d”, do Código Penal.

À míngua de causas de aumento ou de diminuição da pena, torno-a definitiva em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, fixados no mínimo legal, pela prática do delito previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, a ser cumprida em regime inicial fechado, consoante o art. 33, §2º, alínea “b”, do Código Penal.

Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO**, para reduzir a pena aplicada à apelante Ana Cristina da Silva para 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, fixados no mínimo legal, a ser cumprida em regime inicial fechado.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado